



RELATÓRIO DE GESTÃO FAU 2021

Relatório anual de gestão
da Fundação de Apoio
Universitário - FAU.



www.fau.org.br

APRESENTAÇÃO

O ano de 2021, assim como 2020, foi de muito desafios para a Diretoria da Fundação, pois ainda enfrentamos as crises impostas pela COVID-19. Contudo, as medidas adotadas no primeiro semestre de 2020, para o enfrentamento da crise, foram cruciais para o resultado do ano.

2022 ainda deverá ser um ano de organização dos processos internos com a firmação das regras de LGP, no desenvolvimento de pessoas e na melhoria e ampliação dos serviços da Fundação.

Não restam dúvidas que o bom trabalho trouxe resultados positivos em 2021 para a Fundação, conforme apresentaremos a seguir.



1. AÇÕES REALIZADAS EM 2021

Ao assumir a FAU tivemos como principais objetivos a redução de gastos e a profissionalização da Fundação, envolvendo pessoas, processos e infraestrutura, buscando estabelecer sistemáticas de trabalho que nos levarão ao sucesso desejado. Para tanto, apresentamos, abaixo, as ações que foram realizadas no ano de 2021:

1.1. Recursos Humanos

- Ampliação do quadro de colaboradores da DIREX, mediante a retomada gradual de contratações estratégicas.
- Adoção de política de cargos e salários.
- Realização da avaliação de clima organizacional e de Avaliação de Desempenho 360°.

1.1.1. Justificativa para reformulação do quadro de colaboradores em 2021

Em junho de 2018 a Fundação precisou passar por uma reestruturação administrativa visando a sua sustentabilidade financeira. Nesse sentido, foi necessário o desligamento de 5 (cinco) colaboradores de diversas áreas da FAU, passando de 27 para 22 empregados.

A referida reestruturação naquele momento não impactou na qualidade dos serviços da FAU, pois a FAPEMIG estava com seus editais e recursos suspensos. Da mesma forma, a Petrobras havia retraído seus aportes de recursos nos anos anteriores e não havia grande demanda de prestação de contas. A contar, a FAU atuava somente no apoio a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Outro fator que contribuiu para a estabilidade da demanda e a manutenção do quadro de colaboradores, foi a retração de projetos ocasionada pela Pandemia da Sars-Cov-2 (COVID-19), no ano de 2020.

Contudo, em 2021 passamos a vivenciar uma grande mudança no cenário da Fundação. No primeiro semestre a FAU captou 3 novas instituições apoiadas: IFTM, UFCAT e UFJ, além de aguardar a realização de outras duas: UFR e UFTM. Essas novas instituições possibilitaram uma grande oportunidade de gestão de novos projetos. Em especial com o IFTM, a Fundação passou a gerir mais uma unidade EMBRAPPII, que são projetos de alta complexidade.

Ainda no primeiro semestre, a FAPEMIG divulgou novos editais de pesquisa, dentre eles o de Demanda Universal, e também sinalizou o pagamento de projetos aprovados em 2017, culminando no mês de setembro na aprovação de mais 71 novos projetos com a gestão da FAU. Tais projetos já foram contratados e os recursos estão sendo liberados, assim como os anteriores aprovados (2017).

Há também a possibilidade do aporte de recursos do Governos do Estado de Minas Gerais à Universidade Federal de Uberlândia – UFU, no valor estimado da ordem de R\$ 69 milhões de Reais. Em se concretizando tais recursos a FAU terá que estabelecer um setor exclusivamente para fazer a gestão desses recursos financeiros.

No mesmo sentido a Petrobras passou a exigir mais agilidade nas prestações de contas, para liberações de novas parcelas, e a cobrar da Fundação uma série de melhorias nos processos e controle dos projetos, que só são possíveis mediante um trabalho detalhado dos analistas.

Com isso, no segundo semestre de 2021, surgiram os *backlogs* no setor de projetos, levando que coordenadores e financiadores questionassem os trabalhos realizados pela FAU. De imediato realizamos algumas substituições e implementamos práticas para amenizar as referidas cobranças nos atrasos.

Contudo, a deterioração dos serviços se deve pela redução da mão de obra e pelo aumento da demanda de projetos, conforme podem observar na Tabela 1.

Nesse sentido, se faz urgente a revisão do quadro de colaboradores da FAU, visto que a situação atual coloca em sérios riscos a qualidade de nossos serviços e a confiabilidade de nossos financiadores.

Por fim, é importante destacar que a reformulação está atrelada ao resultado financeiro da Fundação e limitado a um número máximo de colaboradores que, mesmo assim, ainda será inferior a situação encontrada anterior a reestruturação de 2018.

Tabela 1 – Comparativo de demandas 2018 e 2021

Ano	2018	Outubro de 2021
Projetos	443	520
Projetos FAPEMIG	11	180
TOTAL	454	700
Colaboradores	27	22

1.2. Processos

- Criação de ferramenta de captação de projetos e prestações de serviço.
- Renovação da Autorização das apoiadas IFTM, UFCAT e UFJ.
- Captação de novas apoiadas: UFTM e UFR.
- Finalização do sistema de chamados da FAU (protocolos).
- Implementação e treinamento do novo Manager Web.
- Implementar ações de proteção de dados, conforme LGPD.

1.3. Infraestrutura

- Manutenção da estrutura física da sede, como pinturas e reparos necessários.
- Modernização do Mobiliário e equipamentos (computadores e notebooks).
- Realização de novo estudo de viabilidade para implementação do projeto de eficiência energética da FAU, com placas fotovoltaicas.

2. RESULTADO FINANCEIRO DIREX 2021

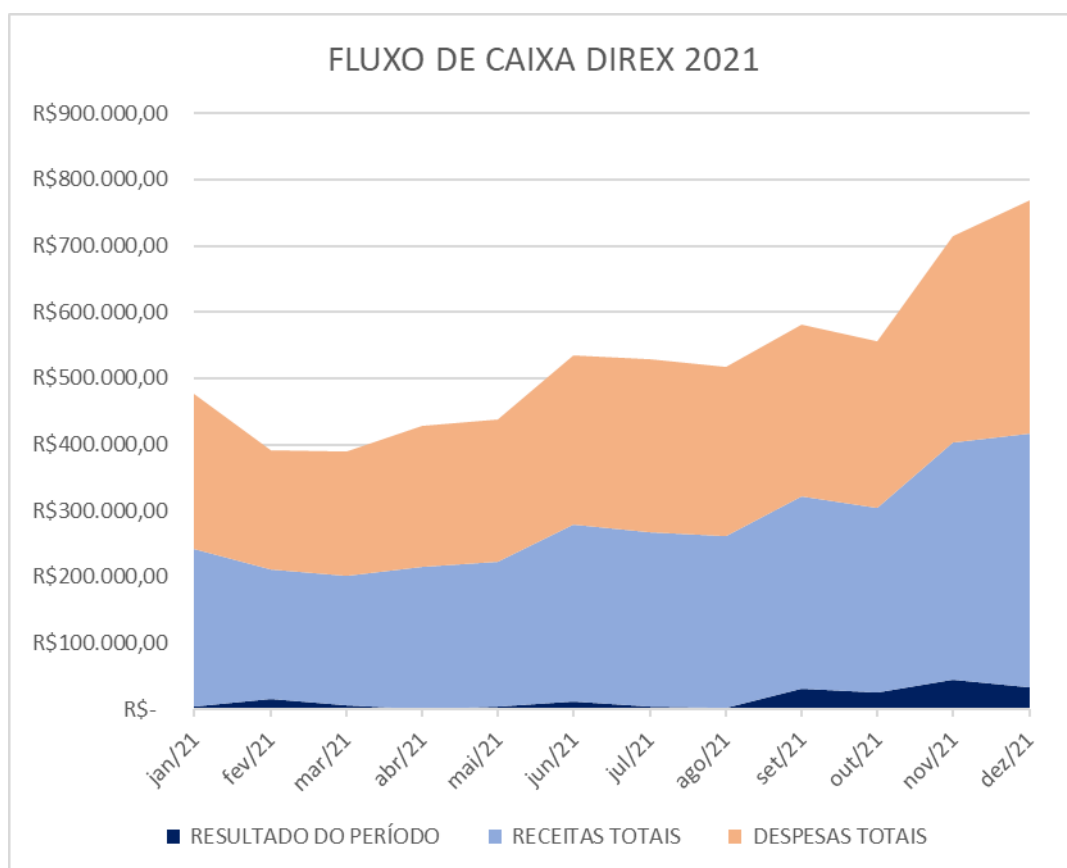
2.1. Receitas

o ano de 2021 foi de retomada em relação a 2020, com crescimento das Receitas de Custeio Administrativo, ou seja, aquelas provenientes da gestão de projetos de agências e empresas públicas: FINEP, PETROBRAS e de diversas empresas do setor elétrico

reguladas pela ANEEL. Essa retomada será de estabilidade no exercício de 2022, tendo em vista os projetos aprovados e em contratação pela PETROBRAS, FAPEMIG, etc.

Não menos importante, estão os projetos de extensão, eventos, pesquisa e ensino realizados com a UFU, a comunidade e no relacionamento Universidade/Empresa. Estas são receitas com grande potencial de captação e que permitem maior retorno em Despesas Operacionais Administrativas, variando entre 10% e 15%.

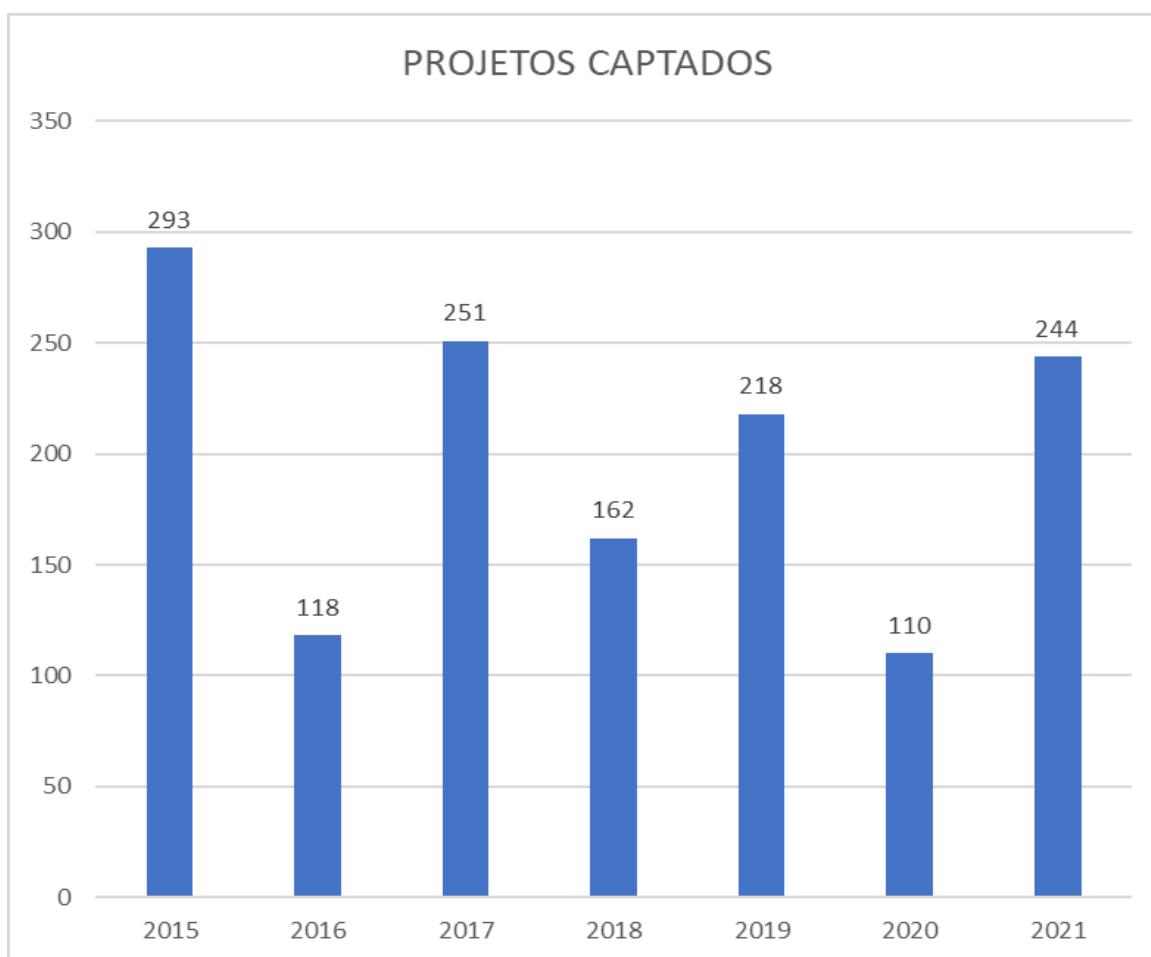
Outra fonte de receita que devemos considerar é a proveniente do espaço físico, com aluguéis de salas e do auditório para eventos. Atualmente a FAU possui contrato de locação com duas instituições com receita líquida de **R\$ 19 mil reais mensais**.



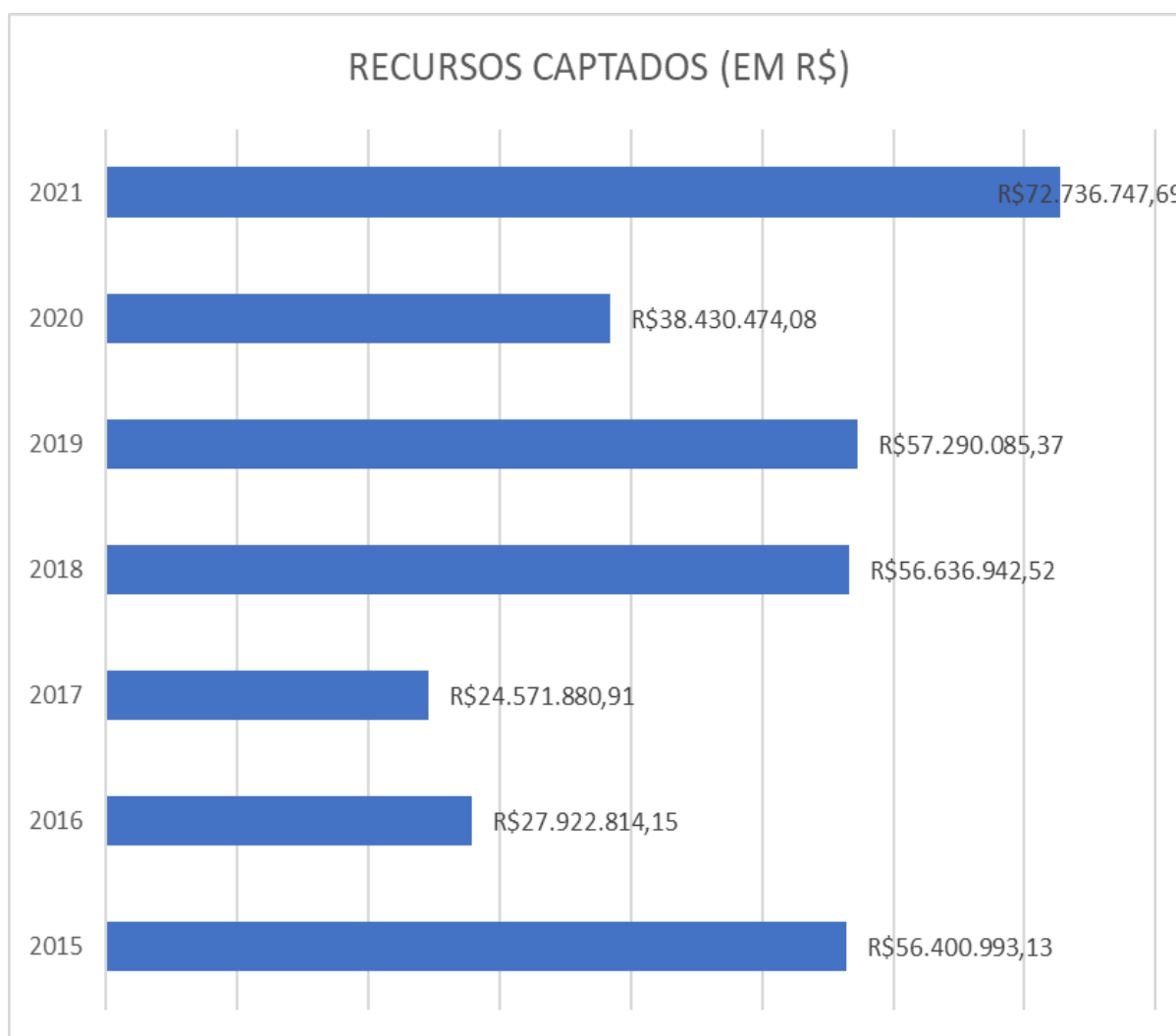
3. GESTÃO DE PROJETOS 2021:

A gestão financeira de projetos é principal atividade da FAU. Gestora de recursos oriundos de diversas fontes, pública e privada, a Fundação consolidou no ano de 2021 a sua experiência de gestão e a sua participação na obtenção de recursos que permitam as atividades de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento de suas apoiadas:

3.1. Projetos Captados:



3.2. Projetos Captados:



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades encontradas no exercício de 2021, a FAU se fortaleceu na gestão de projetos, com a realização de novos convênios, captação de novas apoiadas e novas parcerias com empresas para a execução de projetos relacionados às atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional e extensão.

Agradecemos a confiança e o apoio dos Conselhos da FAU, da Administração Superior e Conselhos das Universidades e Institutos apoiados, bem como dos colaboradores da instituição e dos coordenadores de projetos. A excelência dessa rede de relacionamento estimula o aprimoramento constante e fortalece nossa contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica no País.



PELEGRINI & RODRIGUES
AUDITORES INDEPENDENTES

RTDPJ

RTDPJ
nº3326662

6

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO – FAU

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Dezembro/2021



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Conselheiros e Administradores da

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO – FAU

Uberlândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio Universitário – FAU** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio Universitário – FAU** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o que está descrito na Nota Explicativa nº 27.2, processo em que a Fundação foi outorgada gestora dos projetos “Desenvolvimento do Projeto da Aeronave AX-2 Tupã” da qual a outorgante, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG passou recursos financeiros para a Entidade no montante aproximado de R\$7.000.000,00 milhões, que repassou esses recursos para associada, a empresa Axis Aeroespacial Ltda, responsável pelo desenvolvimento do projeto e pela apresentação da documentação comprobatória dos gastos efetuados, correspondentes aos recursos recebidos. O Ministério Público Federal – MPF está contestando as prestações de contas realizadas pela FAPEMIG, por intermédio de ação civil pública ajuizada na 2ª Vara Federal de Uberlândia – MG, processo nº 2612-84.2017.4.01.3803, exigindo adequada documentação comprobatória dos gastos realizados com o projeto. A FAPEMIG, por sua vez, também exige da Entidade essa documentação, alegando não a ter recebido, ficando a Entidade sujeita a devolver os valores recebidos, para os que não houver a devida comprovação dos referidos gastos efetuados pela empresa Axis e sujeitos a perda do credenciamento junto a FAPEMIG. A administração da FAU não realizou provisão contingencial para eventuais perdas. Segundo os assessores jurídicos da Entidade, que classificaram o risco de perda como “Possível”, existe a possibilidade de a Entidade não conseguir êxito na ação.

Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente por nós auditadas, cujo relatório sem modificações foi emitido em 15 de abril de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

P

Ⓞ

P



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Fundação de Apoio Universitário – FAU** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Somos responsáveis por obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

(Handwritten initials and a circle)



RTDPJ
nº3326662 6

PELEGRINI & RODRIGUES

AUDITORES INDEPENDENTES

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Uberlândia, 01 de abril de 2022.

PELEGRINI & RODRIGUES

Auditores Independentes

CRC. DF – 360/O-1 S-MG

Pedro Henrique Porto Gonçalves

Contador

CRC DF 021741/O-2

2 9 4

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL EM

ATIVO

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Caixa, equivalentes de caixa	4	1.412.440,97	794.078,25
Aplicações vinculadas	5	34.648.436,78	28.180.651,72
Contas a receber	6	1.486.346,85	1.107.655,28
Adiantamentos	7	1.123.814,21	1.435.911,60
Outras contas		1.489,12	0,00
		38.672.527,93	31.518.296,85
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	8	2.946.476,52	848.835,25
Investimentos	9	2.269.491,33	0,00
Imobilizado - Convênios	10	8.204.921,87	8.406.904,49
Imobilizado	11	2.598.765,15	4.910.274,78
Intangível	11	24.391,45	11.461,96
		16.044.046,32	14.177.476,48
TOTAL DO ATIVO		54.716.574,25	45.695.773,33



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

Compária
Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
BALANÇO PATRIMONIAL EM

PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Fundo Institucional a pagar	12	489.074,46	372.954,65
Parcelamento FINEP	13	156.825,10	127.542,36
Fornecedores	14	333.010,34	853.546,86
Outras contas a pagar	15	17.953,94	14.309,20
Obrigações tributárias	16	138.135,09	106.860,94
Salários e encargos	17	941.530,90	833.461,05
Adiantamento de convênios	18	342.694,16	157.720,59
Convênios a realizar	18	36.304.918,91	29.218.398,40
		38.724.142,90	31.684.794,05
Não circulante			
Obrigações tributárias	19	2.946.476,52	800.584,22
Parcelamento FINEP	13	281.764,68	403.884,29
Fundo Institucional a pagar	12	183.154,53	352.220,25
Imobilizados de convênios	10	8.204.921,87	8.406.904,49
		11.616.317,60	9.963.593,25
Patrimônio líquido			
Fundo institucional	20.1	4.047.386,03	4.633.564,49
Patrimônio social	20.1	328.727,72	(586.178,46)
		4.376.113,75	4.047.386,03
TOTAL DO PASSIVO		54.716.574,25	45.695.773,33

P.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

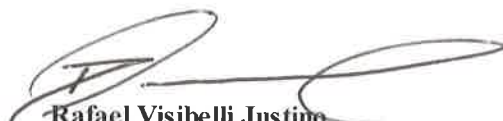

Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITAS			
Sem restrição			
Receita de repasses	21	4.823.673,20	3.888.992,28
Com restrição			
Receita de convênios	22	<u>62.273.053,23</u>	<u>51.636.476,79</u>
Superávit Bruto		67.096.726,43	55.525.469,07
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	23	(2.323.342,41)	(2.167.822,02)
Despesas administrativas gerais	24	(2.158.442,61)	(2.039.806,82)
Depreciações e amortizações		(95.801,85)	(200.557,61)
Repasse de convênio	25	(62.290.789,07)	(51.636.476,79)
Outras receitas (despesas)		<u>179.702,68</u>	<u>29.981,88</u>
Total das despesas		(66.688.673,26)	(56.014.681,36)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		408.053,17	(489.212,29)
Receitas financeiras	26	569.007,79	19.070,13
Despesas financeiras	26	<u>(648.333,24)</u>	<u>(116.036,30)</u>
		(79.325,45)	(96.966,17)
Superávit (déficit) do exercício		<u>328.727,72</u>	<u>(586.178,46)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo



Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Fundo <u>Institucional</u>	Superávit (déficit) <u>acumulado</u>	Patrimônio <u>líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.168.049,23	(534.484,74)	4.633.564,49
Incorporação do déficit	(181.172,76)	181.172,76	-
Déficit do exercício	-	(586.178,46)	(586.178,46)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.986.876,47	(939.490,44)	4.047.386,03
Incorporação do déficit	(586.178,46)	586.178,46	-
Superávit do exercício	-	328.727,72	328.727,72
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.400.698,01	(24.584,26)	4.376.113,75

7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo



Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Superávit (déficit) líquido do exercício	328.727,72	(586.178,46)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:		
Provisão (reversão) créditos liquidação duvidosa	33.060,66	(10.948,48)
Depreciação e amortização	95.801,85	200.557,61
	<u>457.590,23</u>	<u>(396.569,33)</u>
(Aumento) Redução de Ativos:		
Contas a receber	(411.752,23)	(565.054,18)
Adiantamentos	312.097,39	(938.522,21)
Outras contas	(1.489,12)	30.722,80
Depósito Judicial Realizável a Longo Prazo	(2.097.641,27)	(848.835,25)
Aumento (Redução) de Passivos:		
Fundo institucional	116.119,81	176.769,54
Contas a pagar	(516.891,78)	698.426,06
Parcelamento FINEP	29.282,74	13.987,83
Obrigações tributárias	31.274,15	31.958,08
Salários e encargos	108.069,85	(124.308,42)
Convênios a realizar	7.472.634,76	(6.788.507,99)
Imobilizado convênios	(201.140,68)	1.558.005,59
Obrigações tributárias de processos judiciais	2.145.892,30	800.584,22
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>7.444.046,15</u>	<u>(6.351.343,26)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:		
Redução/Aumento de aplicações financeiras vinculadas	(6.467.785,06)	5.652.089,70
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(66.713,04)	(37.889,69)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(6.534.498,10)</u>	<u>5.614.200,01</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento (redução) do parcelamento FINEP	(169.065,72)	(81.495,52)
Aumento (redução) do fundo institucional	(122.119,61)	(169.065,62)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	<u>(291.185,33)</u>	<u>(250.561,14)</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>618.362,72</u>	<u>(987.704,39)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	794.078,25	1.781.782,64
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>1.412.440,97</u>	<u>794.078,25</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>618.362,72</u>	<u>(987.704,39)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo


Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/0

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores em reais)

1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação de Apoio Universitário – FAU é uma fundação de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, constituída em 20 de dezembro de 1982, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

A Fundação foi instituída pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com intuito de aprimorar e facilitar as atividades de administração financeira de cursos, projetos de pesquisa, ensino e extensão e ainda convênios e contratos com a interveniência da Universidade Federal de Uberlândia, atendendo à comunidade em geral.

Ao longo dos anos, a Fundação consolidou-se como fundação de apoio de caráter imprescindível para a consecução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o desenvolvimento científico e tecnológico da UFU no cenário nacional e internacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, foram adotadas as práticas contábeis aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis para as entidades sem fins lucrativos. Foram tomadas como base de referência as orientações da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- a) perda estimada para crédito de liquidação duvidosa;
- b) vida útil dos bens ativo imobilizado; e
- c) provisões e contingências.

2.5. Critérios Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

2.6. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requerem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em base líquida de acordo com a NBC TG 03 (R3) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramentos dos exercícios. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída considerando os créditos vencidos há mais de 180 dias após análise individual dos mesmos, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias: (I) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (II) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber. Não tem sido política da Fundação operar com derivativos.

3.4.3. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado recebem essa classificação quando são mantidos para negociação ou assim designados.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.6. Propriedade para Investimentos

Refere-se a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Fundação decidiu manter sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas das depreciações.

3.7. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 10 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São avaliados ao custo, menos amortização acumulada.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo

histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos.

3.9. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões quando necessárias são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos externos, da Fundação.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência).

3.13. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.



As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento - Recursos Livres	0,00	443,52
Bancos conta movimento - Recursos de terceiros	122.981,09	15.260,40
Total de bancos conta movimento	122.981,09	15.703,92
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - Recursos Livres	1.289.459,88	778.374,33
Total de aplicações financeiras	1.289.459,88	778.374,33
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.412.440,97	794.078,25

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Representam aplicações financeiras de curto e médio prazos, vinculadas aos convênios, mantidas com a finalidade de atender compromissos dos convênios e para auferir rendimentos.

6. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber estão representados basicamente pela prestação de serviços. A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada anualmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	1.549.547,54	1.137.795,31
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(63.200,69)	(30.140,03)
Total de contas a receber	1.486.346,85	1.107.655,28

7. ADIANTAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos a funcionários	119.956,36	97.381,07
Adiantamentos para importação	1.003.707,85	1.338.530,53
Adiantamento de viagem	150,00	0,00
Total de adiantamentos	1.123.814,21	1.435.911,60

P 02
D

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam valores de depósitos judiciais realizados até publicação de sentença referente a ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República, com a finalidade específica de afastar o pagamento dos impostos e contribuições federais, na condição de contribuinte de direito. Os valores demonstrados incluem os depósitos realizados referente ao valor do tributo mais variações monetárias ativas.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos Judiciais PIS sobre folha de pagamento	85.699,00	21.217,51
Depósitos Judiciais PIS sobre receitas financeiras	344,67	42,58
Depósitos Judiciais COFINS sobre receitas financeiras	2.099,99	297,53
Depósitos Judiciais sobre COFINS sobre receitas de outras atividades	27.609,43	5.351,37
Depósitos Judiciais INSS patronal	2.830.723,43	773.675,23
Depósitos Judiciais Proc. Nº 5015090-56.2020.8.13.0702	0,00	48.251,03
Total de depósitos judiciais	2.946.476,52	848.835,25

9. INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2021 foi transferido do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimentos parte da edificação situada à Rua Francisco Vicente Ferreira, 126, Uberlândia – MG, visando atender ao Pronunciamento Técnico CPC 28. Para a reclassificação foram consideradas as seguintes informações: destinação em caráter constante da maior parte da edificação para auferir renda com aluguéis; a edificação possui separação de unidades facilmente identificáveis passíveis de oferta para auferir renda; em 2021 a Fundação contabilizou em seu resultado receitas de aluguéis oriundas de contratos ativos firmados com pessoas jurídicas distintas. O registro foi realizado pelo valor líquido de R\$2.269.491,33 (custo amortizado) representando 1.398,29 m² (mil e trezentos e noventa e oito metros quadrados e vinte e nove centímetros) do total de 2.284,74 m² (dois mil e duzentos e oitenta e quatro metros quadrados e setenta e quatro centímetros) construídos.

10. IMOBILIZADO DE CONVÊNIOS

São reconhecidos quando da execução dos convênios e/ou projetos registrados na conta imobilizados para execução de convênios no ativo não circulante em contrapartida da conta imobilizados para execução de convênios no passivo não circulante.

Após o encerramento e aprovação das prestações de contas dos convênios e/ou projeto, os bens devem ser transferidos ou doados com base no contrato firmado com cada convênio, a maioria é transferida

para Universidade Federal de Uberlândia (UFU), outros doados para órgãos de fomento ou comunidades.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Convênios vinculados Universidade Federal Uberlândia	7.496.412,95	7.567.733,91
Convênios Caixa Econômica Federal	0,00	129,03
Convênios Grupo Algar	35.607,54	49.260,09
Convênios Companhia Energética de Brasília	420.417,00	494.594,75
Convênios Furnas Centrais Elétricas	252.484,38	295.186,71
Total de imobilizado de convênios	8.204.921,87	8.406.904,49

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções. Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e identificáveis, sob o controle da Fundação. São avaliados ao custo, menos amortização acumulada.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa 1.700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens.

A movimentação ocorrida no exercício de 2021 é a seguinte:

NOTA DO IMOBILIZADO (SEM RESTRIÇÃO) E INTANGÍVEL

	Deprec. % Amort a.a.	2021					Depreciação Acumulada				2020	
		Custo aquisição									Líquido	Líquido
		Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo	Saldo	Adições	Baixas	Saldo		
IMOBILIZADO, EM USO:												
Terrenos	-	1.125.000,00	-	-	-	1.125.000,00	-	-	-	-	1.125.000,00	1.125.000,00
Edificações	4	4.415.149,75	-	-	(2.702.127,92)	1.713.021,83	(706.907,81)	(68.484,53)	432.636,59	(342.755,75)	1.370.266,08	3.708.241,94
Bens de valores depreciables	10	236.515,47	-	-	-	236.515,47	(236.515,47)	-	-	(236.515,47)	-	-
Bens em poder de terceiros	10	928.256,15	-	-	-	928.256,15	(928.256,15)	-	-	(928.256,15)	-	-
Biblioteca	10	364.838,20	-	-	-	364.838,20	(364.838,20)	-	-	(364.838,20)	-	-
Mobiliário em geral	10	230.572,40	26.597,89	(2.430,00)	-	254.740,29	(188.367,14)	(5.797,06)	2.417,49	(191.746,71)	62.993,58	42.205,26
Outros bens móveis	10	29.116,37	-	-	-	29.116,37	(22.457,04)	-	-	(22.457,04)	6.659,33	6.659,33
Equipamentos e instalações	10	9.154,75	3.096,22	-	-	12.250,97	(1.924,00)	(940,79)	-	(2.864,79)	9.386,18	7.230,75
Equipamentos de informática	20	1.120.399,84	24.101,95	-	-	1.144.501,79	(1.104.878,97)	(8.809,85)	-	(1.113.688,82)	30.812,97	15.520,87
Máquinas, motores e aparelhos	10	2.449.018,77	-	-	-	2.449.018,77	(2.443.602,14)	(11.769,62)	-	(2.455.371,76)	(6.352,99)	5.416,63
Veículos	20	39.511,26	-	-	-	39.511,26	(39.511,26)	-	-	(39.511,26)	-	-
Total do Imobilizado em Uso	-	10.947.532,96	53.796,06	(2.430,00)	(2.702.127,92)	8.296.771,10	(6.037.258,18)	(95.801,85)	435.054,08	(5.698.005,95)	2.598.765,15	4.910.274,78
IMOBILIZADO TOTAL		10.947.532,96				8.296.771,10	(6.037.258,18)			(5.698.005,95)	2.598.765,15	4.910.274,78
INTANGÍVEL:												
Direito de uso		12.726,05	12.929,49	-	-	25.655,54	(1.264,09)	-	-	(1.264,09)	24.391,45	11.461,96

12. FUNDO INSTITUCIONAL

O Fundo Institucional da Universidade Federal de Uberlândia representa além dos recebimentos das mensalidades dos alunos de Pós-Graduação dos cursos administrados pela FAU e Termo de Acordo assinado em 18 de janeiro de 2018, entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Fundação de Apoio Universitário, o ressarcimento para o uso de bens e de serviços próprios da Universidade para

a execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, artístico-cultural e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, quando devido. O valor do ressarcimento não poderá exceder a 3% (três por cento) do valor total de cada projeto, e, quando devido, deverá ser repassado integralmente para o Fundo Institucional de Desenvolvimento da Universidade, criado pela Resolução nº 05/2002 do Conselho Universitário.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Repasses a serem realizados	320.008,74	203.888,93
Saldo a pagar do Termo de Acordo	169.065,72	169.065,72
Total Circulante	489.074,46	372.954,65
Saldo a pagar do Termo de Acordo	183.154,53	352.220,25
Total não circulante	183.154,53	352.220,25

13. PARCELAMENTO FINEP

Em 29/11/2019 foi assinado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Fundação de Apoio Universitário – FAU, o termo de parcelamento de débito, referente ao convênio 01.07.0481.00, em 60 meses, no montante de R\$ 622.334,21 (seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos). O saldo é atualizado mensalmente utilizando-se a taxa SELIC.

Restam 39 (trinta e nove) parcelas para pagamento, sendo em 31/12/2021 a posição de circulante e não circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	156.825,10	127.542,36
Não circulante	281.764,68	403.884,29

14. FORNECEDORES

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores de serviços e materiais para execução de atividades dos convênios com prazo de pagamento em 30 (trinta) dias. Estão inclusos também valores de fornecedores de ativo permanente utilizado pela fundação, parcelados com cartão de crédito em até 10 (dez) meses.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de serviços e materiais convênios	304.522,45	849.645,79
Fornecedores de ativo permanente	28.487,89	3.901,07
Total de fornecedores	333.010,34	853.546,86



15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Representam valores de reembolsos de despesas recebidos e pendentes de repasse para os respectivos convênios e/ou projetos.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	14,22	972,44
IRRF pessoa física	125.859,90	94.092,76
ISSQN retido serviços pessoa física	4.277,85	2.595,57
ISSQN retido serviços pessoa jurídica	3.893,69	3.554,21
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	1.971,12	3.625,65
COFINS sobre receitas de outras atividades	1.579,05	1.981,32
PIS sobre receitas financeiras	75,38	10,41
COFINS sobre receitas financeiras	463,88	28,58
Total de obrigações tributárias	138.135,09	106.860,94

17. SALÁRIOS E ENCARGOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações trabalhistas	477.324,23	451.045,94
Salários a pagar	242.673,01	228.414,16
INSS a recolher	185.088,01	167.265,90
INSS sobre serviços tomados a recolher	572,92	5.615,53
PIS sobre folha de pagamento a recolher	5.404,81	6.874,33
FGTS a recolher	41.368,34	41.612,64
CREDEFU Coop. Econ.Cred. Mútuo	2.217,14	1.263,38
Provisões trabalhistas	464.206,67	382.415,11
Provisão de férias	341.831,27	281.601,85
INSS sobre provisão de férias	91.610,81	75.469,34
FGTS sobre provisão de férias	27.346,23	22.527,87
PIS sobre provisão de férias	3.418,36	2.816,05
Total de salários e encargos	941.530,90	833.461,05

18. CONVÊNIOS A REALIZAR

A Fundação gerencia diversos convênios específicos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os convênios são registrados em contas de aplicações financeiras vinculadas (nota 5) no ativo, em contrapartida da conta convênios a realizar no passivo. Os convênios a realizar têm sua realização no resultado, quando do reconhecimento dos gastos correspondentes.





Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Convênios diversos	36.304.918,91	29.218.398,40
Adiantamentos de convênios	342.694,16	157.720,59
Total de convênios a realizar	36.647.613,07	29.376.118,99

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LONGO PRAZO

Reconhecimento de obrigações tributárias questionadas judicialmente através de ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República.

Os valores questionados são depositados judicialmente (nota 8) de acordo com os vencimentos mensais das obrigações e o valor da variação monetária passiva foi reconhecido.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
PIS sobre folha de pagamento	85.699,00	21.217,51
PIS sobre receitas financeiras	344,67	42,58
COFINS sobre receitas financeiras	2.099,99	297,53
COFINS sobre receitas de outras atividades	27.609,43	5.351,37
INSS patronal	2.830.723,43	773.675,23
Total de obrigações tributárias longo prazo	2.946.476,52	800.584,22

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

No exercício de 2021, a Fundação teve um superávit de R\$ 328.727,72 (trezentos e vinte e oito mil e setecentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos). O déficit de 2020, de R\$ 586.178,46 (quinhentos e oitenta e seis mil e cento e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), foi incorporado ao patrimônio social no exercício de 2021.

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de Fundação sem fins lucrativos.





21. RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

As receitas da entidade estão assim representadas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas diversas	1.577.419,46	1.317.473,69
Serviços prestados	109.698,21	160.756,80
Receita com administração de convênios	2.918.392,66	2.281.094,68
Receita de aluguéis	235.777,40	146.349,70
Total da receita bruta	4.841.287,73	3.905.674,87
Cofins sobre receitas – Outras atividades	(17.614,53)	(16.682,59)
Total da receita líquida	4.823.673,20	3.888.992,28

22. RECEITAS COM RESTRIÇÕES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas de convênios	62.273.053,23	51.636.476,79
Total de receitas de convênios	62.273.053,23	51.636.476,79

23. SALÁRIOS E ENCARGOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e ordenados	(1.139.327,75)	(875.145,69)
Férias	(138.565,49)	(128.296,46)
13. salário	(83.643,63)	(84.698,03)
INSS	(304.487,95)	(326.245,86)
FGTS	(115.765,25)	(213.117,44)
PIS sobre Folha	(11.415,05)	(9.133,09)
Vale transporte	0,00	(900,00)
Vale refeição	(266.234,42)	(203.545,62)
Assistência médica	(72.420,07)	(70.948,98)
Vale combustível	(145.882,01)	(139.490,23)
Rescisões contratuais	(31.703,79)	(107.549,91)
Uniformes e vestimentas	(4.863,50)	(2.941,80)
Outras despesas com pessoal	(7.023,50)	(5.808,91)
Cursos e treinamentos	(2.010,00)	0,00
Total de despesas com pessoal	(2.323.342,41)	(2.167.822,02)

P
Q
W

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aluguéis	(852,50)	0,00
Taxas e emolumentos	(9.307,06)	(7.383,93)
Despesas com importação	(1.841,43)	(136.040,04)
Contribuições e doações	(780,95)	(1.428,33)
Material de escritório	(9.836,47)	(6.625,44)
Material de uso e consumo	(170.043,55)	(265.707,98)
Lanches e refeições	(38.539,12)	(37.003,44)
Assistência Contábil e Jurídica	(126.000,00)	(41.750,00)
Manutenção de bens móveis	(3.879,50)	(24.251,00)
Manutenção de edificação	(4.879,55)	(9.606,02)
Bolsa de ensino	(21.419,56)	(76.823,12)
Fundo institucional	(599.197,00)	(261.182,15)
Material de informática	(62.792,04)	(46.735,94)
Anúncios e publicações	(22.401,37)	(10.993,17)
Cursos e congressos	(64.377,68)	(40.774,51)
Viagens e estadias	(12.936,29)	(51.873,27)
Despesas administrativas e gerais	(88.485,91)	(231.290,13)
Seguros	(17.365,99)	(11.821,78)
Serviços de terceiros - pessoa física	(302.157,30)	(281.883,18)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(412.028,81)	(357.675,71)
Despesas com Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	(59.830,69)	(13.778,63)
Locação de equipamentos	(5.680,00)	(4.462,00)
Energia elétrica	(59.130,02)	(60.948,50)
Outras despesas administrativas	(64.679,82)	(59.768,55)
Total de despesas administrativas e gerais	(2.158.442,61)	(2.039.806,82)

25. REPASSE DE CONVÊNIO

Representa valores de convênios e contratos que a Fundação administra, os valores relativos aos convênios conjugam exatamente com os valores constantes do Ativo, na conta Bancos Contas Vinculadas. Esses valores são aplicados em investimentos de liquidez imediata e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, não transitando nas contas de resultado da Fundação.

A Administração da Fundação, apesar de entender que a FAU está adequada quanto aos normativos contábeis, realizou ações acerca das possíveis movimentações dos recursos de convênios e contratos em contas de resultado, conforme dispõe a ITG 2002. O intuito é demonstrar de forma segregada nas demonstrações contábeis, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Repasses de convênios	(62.290.789,07)	(51.636.476,79)
Total de receitas de convênios	(62.290.789,07)	(51.636.476,79)

26. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	45.804,93	17.473,20
Juros Recebidos	679,14	0,00
Variações monetárias	520.986,34	1.348,64
Descontos obtidos	1.537,38	248,29
Total das receitas financeiras	569.007,79	19.070,13
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	0,00	(1.250,00)
Variações monetárias	(520.986,34)	0,00
Juros e multas pagos	(35.448,70)	(31.215,44)
Despesa bancárias	(36.241,53)	(41.926,72)
Despesas com cartão de crédito	(52.150,28)	(39.332,44)
Pis e Cofins s/receita financeira	(2.226,39)	(2.311,70)
Perdas com recebimento	(1.280,00)	0,00
Total das despesas financeiras	(648.333,24)	(116.036,30)
Total do resultado financeiro líquido	(79.325,45)	(96.966,17)

27. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

27.1. Perdas possíveis

Conforme Resolução CFC nº 1.180/09 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, as possíveis perdas, oriundas de processos cíveis, tributários e trabalhistas, na data de 31 de dezembro de 2021, estão assim representadas e estimadas.

Os processos judiciais cíveis e tributários classificados pelos assessores jurídicos como perda possível não provisionadas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.675.705,18, sendo o valor do ano de 2020, R\$ R\$2.665.705,18.

27.2. Projetos desenvolvidos com a empresa Axis.

Outorgante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Outorgada Executora: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Outorgada Gestora: Fundação de Apoio Universitário (FAU)

Instituição Associada: AXIS Aeroespacial Ltda (AXIS)

Em agosto de 2010, com objetivo de desenvolvimento de avião de transporte regional de pequeno porte, de baixo custo, com padrão de conforto e alto nível de segurança, deu início ao projeto “Desenvolvimento de Projeto da Aeronave AX-2 Tupã”. Em dezembro de 2012 iniciou-se o segundo projeto “MockUp da Aeronave Tupã” com o objetivo de financiar o projeto de pesquisa científica, tecnológica, e/ou inovação desenvolvido pelo coordenador. Os projetos foram financiados pela FAPEMIG (outorgante), que entre 2010 e 2012 passou recursos para a FAU (outorgada gestora), no montante aproximado de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais). Por sua vez, a FAU repassou esses recursos para a empresa AXIS (instituição Associada), responsável pelo desenvolvimento do projeto.

A prestação de contas foi feita pela AXIS para a FAU e desta para a FAPEMIG, entretanto, o Ministério Público Federal (MPF) em conjunto ao Ministério Público Estadual (MPE) entendendo irregularidades ocorridas na execução do projeto, ajuizou uma ação civil pública na 2ª Vara Federal de Uberlândia – MG sob o nº 2612-84.2017.4.01.3803, requerendo pagamento de danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A Administração da Fundação não realizou provisão para contingências para cobrir eventuais perdas, baseado na opinião de seus assessores jurídicos que classificou a perda como possível.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS

28.1. Taxas de juros: A Fundação, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações contábeis.

28.2. Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

28.3. Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação de Apoio Universitário – FAU mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

7



30. EBTIDA

O cálculo do Ebitda apresentado abaixo, representa a geração operacional de caixa da entidade, ou seja, o quanto a fundação gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro	408.053,17	(489.212,29)
Depreciação e amortização	95.801,85	200.557,61
Ebitda	503.855,02	(288.654,68)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Efeitos do "Coronavírus" (COVID-19) nas demonstrações contábeis

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para agentes econômicos e geraram impactos nos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. A Entidade adotou uma série de medidas alinhadas com orientações de especialistas da área da saúde, bem como órgãos governamentais amparados por legislações. A Administração tomou decisões operacionais e financeiras à medida que a pandemia espalhava no Brasil e pelo mundo. Até o presente momento a Administração da Entidade não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações. Portanto, no que se refere as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no uso do pressuposto de continuidade operacional; gestão de liquidez, exposição da Sociedade ao risco do negócio e seus impactos no setor de atuação e concluiu não existirem impactos relevantes a serem reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras em decorrência deste assunto.




Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo



Maria Geralda de Faria
Contadora
CRC-MG 093.123/O